

A Idade Média nas Universidades Portuguesas (1911 - 1987) Legislação, ensino, investigação *

Armando Luís de Carvalho Homem

«Investigar em História é comprometer-se, é tomar posição; a obra histórica é necessariamente auto-biográfica» (António de OLIVEIRA)¹

1. A História Medieval nos «curricula» universitários: de 1911 à actualidade

Data de 1911, aquando da própria criação das Faculdades de Letras das Universidades de Coimbra e de Lisboa, a autonomização da História da Idade Média como unidade didáctica abrangida por uma cadeira autónoma: surge então, com efeito, a disciplina de *História Medieval*, desdobrada da preexistente *História antiga, da idade média e moderna*, que existira a partir de 1901 no agora extinto Curso Superior de Letras². A *História Medieval* passava a abranger 2 semestres de leccionação, sendo ministrada no 2.º ano da «secção de ciencias historicas e geographicas», bem como nos 2.ºs anos das secções de «philologia romanica», «philologia germanica» e «philosophia» e no 1.º do curso «para especialização dos professores da secção de letras das escolas de ensino primario superior»³.

No essencial esta situação iria manter-se durante décadas. A reforma de 1918 (Ministro Alfredo Magalhães)⁴ mantém a cadeira no 2.º ano das licenciaturas mencionadas, acrescidas da filologia clássica. No ano seguinte é promulgada nova reforma (Ministro Leonardo Coimbra), que não chegará a vigorar; as novidades respeitavam contudo, e fundamentalmente, ao ensino da *Filosofia*⁵. A reforma de 1926 (Ministro Artur Ricardo Jorge)⁶ mexerá alguma coisa no elenco dos cursos: mantendo embora inalterados os 6 grupos curriculares, extingue no entanto a licenciatura em *Filosofia* e, conservando as «ciencias históricas e geográficas», cria paralelamente a licenciatura em «sciências históricas e filosóficas»; a *História Medieval* limita-se agora a ser disciplina obrigatória no 2.º ano das duas licenciaturas em causa, isto no quadro de uma política de diminuição do número de cadeiras e de menor peso da componente «cultura geral» nos vários planos curriculares⁷. A evolução de que a reforma de 1926 constitui sintoma é como que completada pela de 1930 (Ministro Gustavo Cordeiro Ramos)⁸: desaparecem as ciencias históricas e geográficas, pela primeira vez surgindo a *Geografia* como curso autónomo; e mantêm-se as «sciências históricas e filosóficas», criadas em 1926; a *História Medieval* continua como cadeira obrigatória no 2.º ano desta (e só desta) licenciatura.

Apenas em 1957 surgirão novas modificações. A reestruturação de Outubro deste ano (Ministro Francisco de Paula Leite Pinto)⁹, mantendo os tradicionais 6 grupos, acrescenta-lhes 4 disciplinas anuais, «não agrupadas», de *História da Cultura* e modifica o elenco das licenciaturas. Todas estas passam a comportar 5 anos (em lugar dos 4 tradicionais); *História* e *Filosofia* autonomizam-se, justificando-se os dois factos «pela necessidade de aumentar o número de cadeiras em cada um dos grupos, para atingir maior especialização e preparação mais eficiente». De qualquer modo, a separação preconizada não seria total, «não só por se oporem a isso as finalidades práticas das licenciaturas, mas também por ser tão precisa ao historiador a formação filosófica como o saber histórico ao especialista de filosofia». A criação das *Histórias da Cultura*, «de âmbito simultaneamente filosófico e historiográfico», permitia uma solução que se reputava «equilibrada». Tais cadeiras não constituíam grupo, «por se entender que o ponto de vista constitutivo e unificador das suas esferas é a convergência da pluralidade dos factores espirituais no produto formal sintético a que se chama ‘cultura’, na interpretação do qual o historiador se socorre de todos os modos do saber»; por isso, e «embora a ciência cultur-histórica [tivesse] uma fundamentação preponderantemente filosófica e sociológica», não seriam as cadeiras em causa vinculadas, na sua docência, a «um só grupo de estudos». E assim, no 3.º ano da licenciatura em *História* surgiam-nos agora, como disciplinas anuais, a *História da Idade Média* e a *História da Cultura Medieval*, sendo a segunda obrigatória no 2.º ano de *Filosofia* e a primeira opcional.

O reajustamento curricular de 1968 (Ministro José Hermano Saraiva)¹⁰ não tocará praticamente no elenco das disciplinas. Criando o grau de bacharel, a fim de permitir «lançar mais rapidamente na vida diplomados com habilitação suficiente para o exercício de várias actividades»¹¹, limitava-se a concentrar nos 3 primeiros anos as disciplinas de carácter informativo (da *Pré-História* à *História Contemporânea*), remetendo as restantes (nomeadamente as Ciências do Documento e a *Teoria da História*) para os 4.º e 5.º. A *História da Idade Média* e a *História da Cultura Medieval* surgiam agora no 2.º ano de *História*, e a segunda também no 2.º de *Filosofia*, que continuava a dispor da primeira como opção.

De 1974 a 1978 vigorarão nas três Faculdades de Letras currículos votados internamente e sujeitos a ratificação ministerial. No Porto a *História da Cultura Medieval* sofrerá um ‘eclipse’ de vários anos; em 1976/77 e 77/78 funcionará uma *História da Cultura I*, mas o seu conteúdo oscilará entre a Antiguidade Clássica e a Antiguidade Tardia, por vezes com uma breve componente de Alta Idade Média. Quanto à *História da Idade Média*, manter-se-á sem interrupção, já designada como *História Geral da Idade Média* (1974/75, 76/77 e 77/78), já bipartida em *História da Idade Média I* e *História da Idade Média II*, ambas anuais (1975/76). A maior novidade (e para além da prática acoplagem à área da *Paleografia e Diplomática*, como cadeira de opção) terá sido a criação, dentro do elenco das «pré-especializações», de uma especificamente de *História Medieval*. Tais pré-especializações abrangiam os 4.º e 5.º anos e compreendiam um seminário bienal e um total de 6 cadeiras (4 obrigatórias + 2 opcionais). Na pré-especialização em *História Medieval* funcionaram,

entre 1975/76 e 77/78, *Economias e Sociedades do Mundo Medieval*, *História Peninsular Medieval*, *História dos Movimentos Sociais na Idade Média* e *Paleografia Medieval*, tendo ainda sido criadas, mas não tendo tido funcionamento efectivo, *Instituições Medievais* e *História do Pensamento Político da Idade Média*.

1978 seria o ano da reunificação curricular nacional (reforma Sottomayor Cardia), abrangendo não só as 3 Faculdades de Letras, como, a partir de agora, a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Pelo Decreto 53/78, de 31 de Maio¹², a duração das licenciaturas era de novo reduzida para 4 anos, extinguindo-se ao mesmo tempo o grau de bacharel. A justificação era a constatada falência de um dos objectivos de 1957 (a elaboração, em regime de seminário, da dissertação de licenciatura). A reforma Cardia consagrava a extinção de tais dissertações (o que na prática se verificara em 1974) e previa, «para ocorrer a essa grave lacuna», a futura criação de cursos de pós-graduação, actualização e aperfeiçoamento. As cadeiras de História Geral dos 2.º, 3.º e 4.º anos (votados respectivamente às épocas medieval, moderna e contemporânea) passavam a ser 3 (*História Económica e Social*, *História Institucional e Política* e *História Cultural e das Mentalidades*), suprimindo-se contudo as referências cronológicas convencionais e optando-se por uma datação por séculos; o 2.º ano abrangeria assim, no tocante à História Geral, os séculos III-XIV.

Foi pois este o currículo vigente durante cerca de 9 anos, adaptado ulteriormente às variantes de *História da Arte* e de *Arqueologia* (1981). Tempo importante, que assistiu à definitiva configuração do medievismo enquanto área de investigação e docência, à abertura dos primeiros mestrados em *História Medieval* (1981, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova; e 1983, na Faculdade de Letras do Porto) e em *Paleografia e Diplomática* (1984, na Faculdade de Letras de Lisboa) e a um aumento acentuado do número de doutoramentos em *História da Idade Média* (18 de 1981 à actualidade, contra apenas 2 desde a criação da especialidade, em 1970).

É pois neste quadro de aumento de especialistas mas de restrição de cadeiras e de alunos (dado o recente abaixamento do «*numerus clausus*», fruto da saturação dos quadros docentes dos Ensinos Preparatório e Secundário) que se avizinha o termo da década de 80.

2. Da Idade Média e dos medievistas nas Universidades portuguesas

«Especialistas»... mas desde quando?

É evidente que a configuração de verdadeiros especialistas na nossa Historiografia universitária é um processo recente, que, e numa datação elástica, não irá além da II Guerra Mundial. A própria orgânica curricular, aliás, não o favorecia. Na memória de muitos estarão ainda os tempos em que os exames de licenciatura e doutoramento comportavam interrogatórios abrangendo matérias que, na sua vastidão, constituíam a mais completa negação da especialidade. E daí que na produção bibliográfica de alguns dos membros da então limitada comunidade dos historiadores não raro detectemos

um acentuado ‘poligrafismo’, quer quanto a temas, quer quanto a épocas. Sirva-nos de paradigmático exemplo a obra de Damião PERES (1889-1976)¹³. Isto numa altura em que o número de cadeiras específicas era baixo, no quadro de licenciaturas em que a História se ‘acasalara’ sucessivamente com a Geografia (1911-30) e com a Filosofia (1926-57). De onde, um número de docentes baixo e praticando, necessariamente, a polivalência disciplinar.

Mas se uma parte acentuada dos historiadores universitários das primeiras décadas do presente século ‘desconhece’ ainda a especialização, tal como a viríamos a entender e praticar, isso não era apenas fruto da organização curricular e do regime de graus e provas académicas. O facto tinha igualmente a ver com a própria escassez de tradições de investigação e de ensino superior no domínio das Ciências Humanas. No caso particular da *História*, não esqueçamos que o seu ensino a nível universitário apenas se inicia¹⁴ com a criação, em 1859, do Curso Superior de Letras. Compreendendo inicialmente uma única cadeira de *História (História Universal e Nacional)*, somente em 1901 ela se desdobrará, na já referida *História antiga, da idade média e moderna* e em *História Pátria*. Salvo Rebelo da Silva, primeiro titular da cadeira de *História*, e que constitui na nossa Historiografia oitocentista um dos raros casos de conciliação da pesquisa com a docência a nível superior, os professores de *História* no Curso serão fundamentalmente expositores e compendiadores, e como tal não raro brilhantes; mas só muito raramente investigadores. E o panorama não se altera em, 1911, com a transformação do Curso em Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e com a criação da Licenciatura em ciências históricas e geográficas. Professores de *História Medieval* serão, nesses primeiros tempos da nova Faculdade, Agostinho José FORTES (1869-1940)¹⁵ e Manuel Maria de Oliveira RAMOS (1862-1931)¹⁶, numa segunda fase (anos 30) Manuel HELENO (1894-1970) e Mário de ALBUQUERQUE (1897-1975) e, já nos anos 40, José António Ferreira de ALMEIDA (1913-81) e (mais ocasionalmente) Vitorino Magalhães GODINHO e Artur Nobre de GUSMÃO. É em 1943-44 que Virgínia RAU (1907-73), ao tempo assistente, tem uma primeira passagem pela *História Medieval*, que depois regerá de forma contínua a partir de 1952, assistida e continuada por Oliveira MARQUES a partir de 1957. Ou seja, tendo em conta a ‘escola’ de Lisboa, há que chegar aos anos 50 para, na regência de *História da Idade Média*, encontrarmos figuras cimeiras da nossa investigação medievística.

O panorama na efémera primeira fase da Faculdade de Letras do Porto é, «mutatis mutandis», concordante. ‘Escola’ onde ensinaram Damião PERES, Magalhães BASTO (1894-1960) e (em princípio de carreira) Torquato de Sousa SOARES (1903-88), a nenhum deles chegou a estar confiada a regência de *História Medieval*¹⁷. Por ela passaram Ângelo RIBEIRO (1886-1936) e Francisco Manuel HOMEM CRISTO (1860-1943); o nome do primeiro ainda dirá alguma coisa ao estudioso dos nossos dias, o do segundo nem isso (pelo menos no domínio da Historiografia). A produção medievística não é particularmente acentuada nem na *Revista da Faculdade* (publicada a partir de 1920), nem na *Revista de Estudos Históricos. Boletim do Instituto de Estudos Históricos* (a partir de 1924). Saliente-se contudo que foi esta ‘escola’ o pólo de onde saiu a *História de Portugal*, dita «de Barcelos»¹⁸.

Quer dizer, finalmente, de Coimbra? A situação é aqui ligeiramente contrastante¹⁹. E contrastante dados os antecedentes da Faculdade de Letras, em matéria de erudição, na Faculdade de Teologia, suspensa em 1910. É efectivamente «um núcleo de historiadores e eruditos, professores da extinta Faculdade de Teologia»²⁰ quem assegura a transição para a nova Escola e, em parte, o seu funcionamento inicial. De todos, o mais ilustre terá sido António Garcia Ribeiro de VASCONCELOS (1860-1941), responsável pela transição Teologia/Letras, responsável pela proposta de plano curricular presente ao Ministro António José de Almeida, regente de diversas cadeiras (com realce para a *Paleografia*), primeiro responsável pelo *Instituto de Estudos Históricos* que mais tarde ostentaria o seu nome, director do Arquivo da Universidade, enfim²¹. Apesar, no entanto, deste início sob felizes auspícios, apesar da continuação por alguns anos de António de VASCONCELOS, no seu interesse por temas medievais, por Manuel Gonçalves CEREJEIRA (1889-1977), o facto é que tardará a enraizar-se na Universidade de Coimbra uma ‘escola’ de estudos medievais²². Durante longos anos os porfiados esforços de Torquato de Sousa SOARES (1903-88), traduzidos na aquisição de uma micro-filmoteca, bem como a acção de Pierre DAVID (1882-1955), enquanto membro da missão universitária francesa (a partir de 1941)²³, permanecerão sem resultado palpável; a longa vigência de reforma de 1930 e o escasso número de cadeiras de *História* nela consignado também não eram de molde a permitir o enriquecimento numérico do Corpo Docente. Os resultados da acção pioneira daqueles dois mestres virão, sem dúvida, mas bem mais tarde, quando a Escola já contar no número dos seus também os nomes de Avelino de Jesus da COSTA e Salvador Dias ARNAUT, num processo que, tal como em Lisboa, terá igualmente muito a ver com a autonomização da licenciatura em *História* (1957).

Em tais condicionalismos, que dizer dos programas ministrados em *História Medieval/História da Idade Média*?

Até aos anos 50 quer-me parecer que, no máximo da ‘modernidade’ atingida²⁴, tais programas seriam o espelho da periodização mais corrente na Historiografia europeia anterior à Guerra: ou seja, e fundamentalmente, a distinção entre uma primeira Idade Média, pré-século XII, caracterizada por um Ocidente fechado sobre si, cercado pelo Islão e ameaçado pelos Normandos, ruralizado e des-urbanizado, e uma Baixa Idade Média, caracterizada precisamente pela inversa de tudo isso. No fundo, e «à la longue», a lição de PIRENNE. E a influência peninsular de Don Claudio.

Em Lisboa o magistério de Virgínia RAU e de Oliveira MARQUES representará um claro alargamento dos campos de interesse, temática e cronologicamente²⁵. Assuntos como a crise do século III²⁶, os reinos germânicos, os carolíngios, a expansão e o desenvolvimento do Ocidente, a sociedade feudal ou (e na viragem para os anos 60, já na regência de Oliveira MARQUES) a crise dos séculos XIV e XV aí têm o seu lugar destacado. E uma bibliografia que, e para além dos já então clássicos H. PIRENNE, L. HALPHEN, F. LOT, J. CALMETTE ou J. HUIZINGA, contempla igualmente M. BLOCH, F.-L. GANSHOF, E. PERROY, Y. RENOUEAU, R. LATOUCHE,

L. GÉNICOT, J. LE GOFF ou as actas dos IX e X Congressos Internacionais de Ciências Históricas (Paris e Roma, 1950 e 1955, respectivamente). Ou seja, uma acentuada atenção à produção científica dos anos 40 e 50²⁷.

Mas isto eram os máximos da ‘modernidade’ medievística. Para além do facto de a sucessão dos programas ser não raro pontuada por abordagens muito mais tradicionais, teremos as soluções de continuidade várias do processo (prioridades, carreiras...). Se à data da autonomização da licenciatura em *História* a Idade Média, e particularmente os ‘recuperados’ séculos XIV-XV, pareceriam poder ser uma das grandes prioridades²⁸, os tempos subsequentes não confirmariam essa previsibilidade, e o facto é que o desenvolvimento possível da nossa Historiografia nos anos finais da década de 60 e nos primeiros da de 70 consistiria antes, por via do desenvolvimento da História da Cultura, do (último?) fôlego da História da Expansão e, sobretudo, da voga da Demografia Histórica, no peso dos séculos XVI-XVIII: a temática das dissertações de licenciatura aí está a comprová-lo²⁹.

O desenvolvimento do medievismo, em termos de pujança investigativa e de modernidade didáctica *contínuas*, é, pois, e fundamentalmente, um dado não mais longe remontável que aos meados da década de 70. Esse o legado que os historiadores hoje na casa dos 30 ou dos 40 anos receberam e a que, segundo as suas propensões, procuraram dar corpo. Um património científico se constituiu. Património que urge preservar e continuar. Quanto mais não seja por imperativo moral. Por mais incómodo que o *discurso* do historiador possa ser na conjuntura vivida pelas sociedades do Ocidente nestes finais do século XX.

Porto, Fev. 89/Mar. 91.

▪ Texto redigido em 1989 e revisto em 1991.

NOTAS

¹ «Apresentação do Colóquio», in *A Mulher na Sociedade Portuguesa. Visão Histórica e perspectivas actuais. Actas do Colóquio*, I, Coimbra, 1986, p. 13.

² Cf. A. H. de Oliveira MARQUES, «Notícia Histórica da Faculdade de Letras de Lisboa (1911-1961)», separata de *Ocidente*, Lisboa, 1970, pp. 7-13 (Reed. in *Ensaios de Historiografia Portuguesa*, Lisboa, Palas, 1988, pp. 123 ss.). Foram professores desta cadeira nos anos finais do curso Zófimo Consiglieri Pedroso e Manuel Maria de Oliveira Ramos.

³ Cf. «Regulamento das Faculdades de Letras», de 19/VIII/1911, in *Diário do Governo* de 22 do mesmo mês. O ministro responsável por este diploma era António José de Almeida, titular do Interior, pasta a que então cabia a tutela do sistema educativo. O Ministério da Instrução Pública apenas será criado em 1913.

⁴ Decreto n.º 4:651, de 14/VII (*Diário do Governo*, I série da mesma data) e Decreto n.º 4:945, de 1/XI (*ibid.*, I série de 7 do mesmo mês).

⁵ Esta reforma veio criar uma situação de sério conflito entre o Governo e a Universidade de Coimbra, com ela se prendendo a criação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Sobre o assunto v. por todos Luís A. de Oliveira RAMOS, «Notas sobre a origem e estabelecimento da Faculdade de Letras do Porto» [separata do *Boletim Cultural* da Câmara Municipal do Porto], Porto, 1983, pp. 245-60.

⁶ Decreto 12:677, de 17/XI (*Diário do Governo*, I série, n.º 257 da mesma data).

⁷ Cf. A. H. de Oliveira MARQUES. *Op. cit.*, pp. 27-8.

⁸ Decreto 18:003, de 25/II (*Diário do Governo*, I série da mesma data). Esta reforma fora precedida pela de 1929 (também Ministro Gustavo Cordeiro Ramos) (Decreto 17:063, de 3/VII [*ibid.*, I série da mesma data], que não chegou a vigorar).

- ⁹ Decreto 41 341. de 30 deste mês (*Diário do Governo*, I série da mesma data).
- ¹⁰ Decreto 48 627. de 12/X (*Diário do Governo*, I série da mesma data).
- ¹¹ O problema maior era então o arranque do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário.
- ¹² *Diário do Governo*, I série da mesma data.
- ¹³ Sobre ela v. Humberto Baquero MORENO, *Elogio do Prof. Doutor Damião Peres*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1979; Ruben Andresen LEITÃO, «Perfil de um Mestre», in *Colecânea de Estudos em honra do Prof. Doutor Damião Peres*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1974, pp. 21-36; e José Montalvão MACHADO, «Génese da História de Portugal, edição de Barcelos», in *ibid.*, pp. 37-49.
- ¹⁴ Deixando de lado o caso particular da *História do Direito*.
- ¹⁵ Ao longo de uma carreira de 30 anos (1910-40), Agostinho FORTES regeu um total de 25 cadeiras, da *Epigrafia às Literaturas Portuguesa, Francesa, Espanhola e Italiana*, da *História das Religiões à Paleografia*, da *História da Antiguidade Oriental à História da Educação*, da *Filosofia Antiga e Medieval à Numismática*, enfim. Tal número chegou a atingir as oito regências por ano lectivo, entre 1923 e 1928. As obras que produziu são bem o espelho de uma tal dispersão pedagógica (cf. artigo de A. H. de Oliveira MARQUES, pp. 45 ss.). Alguém que o conheceu de perto pôde exprimir, aquando da sua morte, a opinião de que «A sua grande erudição permitiu-lhe reger um sem-número de disciplinas, e decerto ainda nenhum outro professor ensinou tantas e tam variadas matérias (...). Espírito vivo e atento, talvez o prejudicasse na vida um certo cepticismo amargurado, uma ironia ligeiramente velada que não lhe permitiu dar a medida exacta dos seus dotes. O esforço despendido em variadas colaborações e trabalhos dispersos foi valioso, mas faltou-lhe decerto a fé na realização duma grande obra em que plenamente se afirmasse» (cf. Ferreira de ALMEIDA, «Doutor Agostinho José Fortes», notícia necrológica in *Revista da Faculdade de Letras* [da Universidade de Lisboa], V (1940-41), pp. 399-400). Cinquenta anos quase decorridos, desaparecida a maior parte dos seus alunos, fica apenas a imagem de um «divulgador enciclopédico sem obras originais» (Cf. Joaquim Veríssimo SERRÃO, intervenção em «Os 75 anos da Faculdade de Letras. Mesa-redonda», in *ibid.*, 5.ª sér., 6 (Dez. 1986), p. 177), ainda que «no pântano [desse] saber enciclopédico» fosse «dotado de espírito crítico agudo» (Cf. A. H. de Oliveira MARQUES, «Vieira de Almeida, historiador», in *Ensaio de Historiografia Portuguesa*, cit., p. 117).
- ¹⁶ Que já fora professor no Curso Superior de Letras (v. supra, nota (2)). A seu respeito veja-se Agostinho FORTES, «Doutor Manuel de Oliveira Ramos», in *Revista da Faculdade de Letras* [da Universidade de Lisboa], V (1938), pp. 1-5.
- ¹⁷ Damião PERES regeu, entre outras cadeiras, *Propedêutica Histórica*, *Paleografia*, *Numismática*, *História dos Descobrimientos* e *História de Portugal*. Da regência desta última cadeira terá resultado o clássico *Como Nasceu Portugal*. Sobre a distribuição de regências nesta Faculdade cf. Luís de PINA, «Faculdade de Letras do Porto (Breve História)», in *Cale. Revista da Faculdade de Letras do Porto*, vol. I [único publicado] (1966), pp. 59-172, sumários das Actas do Conselho Escolar a pp. 81 ss.
- ¹⁸ Sobre tudo isto veja-se Luís de PINA, *Op. cit.*
- ¹⁹ Para além da bibliografia doravante citada, as linhas que se seguem são tributárias das informações que o Prof. Doutor Salvador Dias Arnaut teve a amabilidade de me facultar, pelo que aqui testemunho o meu mais profundo reconhecimento. Muito agradeço igualmente os informes transmitidos pela Prof.ª Doutora Maria Helena Cruz Coelho sobre o ensino da *História Medieval* a partir dos anos 60.
- ²⁰ Preâmbulo do Decreto 41 341, de 30/X/1957.
- ²¹ Cf. Ruy d'Abreu TORRES, «Vasconcelos, António Garcia Ribeiro de (1860-1941)», in *Dicionário de História de Portugal*, IV/SIS-ZUR, reimpr., Lisboa/Porto, 1971, pp. 250-1; Vitorino NEMÉSIO, «Última lição», in *Vitorino Nemésio. Estudo e Antologia*, ed. Maria Margarida Maia GOUVEIA, Lisboa, 1986, pp. 438-9; e Manuel Augusto RODRIGUES, «Prefácio» a *Escritos vários relativos à Universidade dionisiana*, de António de VASCONCELOS, reed., I, Coimbra, 1987, pp. I-VIII.
- ²² Até porque durante décadas se iria, pelo contrário, acentuando a inclinação da Escola para a História cultural e política da época moderna (particularmente o século XVI), pela acção de Joaquim de CARVALHO (1892-1958), do já citado Manuel Gonçalves CEREJEIRA, de Manuel Lopes de ALMEIDA (1900-80), de Mário BRANDÃO e, bem mais tarde, de José Sebastião da Silva DIAS.
- ²³ Cf. Avelino de Jesus da COSTA, «David, Joseph-Pierre Louis (1882-1955)», in *Dicionário de História de Portugal*, I/A-D, ed. cit., pp. 781-3.
- ²⁴ V.g. com Torquato de Sousa SOARES ou com Ferreira de ALMEIDA, este último com maior amplitude cronológica.
- ²⁵ Agradeço muito penhoradamente aos Profs. Doutor A.H. de Oliveira MARQUES e Doutor Humberto Baquero MORENO a documentação e as informações que me facultaram, reportando-se às suas experiências pessoais, como docente e discente, respectivamente. Veja-se também o depoimento de Maria José Ferro TAVARES, «Marc Bloch: o historiador da moeda», in *Ler História*, 9 (1986), pp. 125-7.
- ²⁶ Com alguma tradição na Escola, embora por vezes em *História da Antiguidade Clássica*. Da sua abordagem didáctica resultara o artigo de Vitorino Magalhães GODINHO, «A România e a crise do século III. Tentativa de interpretação», reed. in *Ensaio*, I. *Sobre História Universal*, Lisboa, Sá da Costa, 1968, pp. 51-68 (1.ª ed., 1943).
- ²⁷ Data aliás de 1952 a 3.ª ed. da *Iniciation aux études d'histoire du Moyen Age*, de L. HALPHEN, que servirá de inspiração ao *Guia do Estudante...*, de Oliveira MARQUES (Cf. «Prefácio» da 1.ª ed., Lisboa, Cosmos, 1964, p. 9).
- ²⁸ Lembremos que entre 1959 e 1965 são defendidas 5 dissertações de doutoramento de temática medieval (Oliveira MARQUES, Avelino de Jesus da COSTA, Salvador Dias ARNAUT, Eduardo Borges NUNES e António CRUZ); se realiza o *Congresso Histórico de Portugal Medieval*, ocasião de «estreia» de Iria Gonçalves, Luís de Oliveira Ramos e Humberto Baquero Moreno; se começa a publicar o *Dicionário de História de Portugal*; se defendem em Lisboa e Coimbra diversas e valiosas dissertações de licenciatura; e se lança a revista *Do Tempo e da História*.
- ²⁹ Sobre o assunto cf. Armando Luís de Carvalho HOMEM, Amélia Aguiar ANDRADE e Luís Carlos AMARAL, «Por onde vem o medievismo em Portugal?», in *Revista de História Económica e Social*, 22 (Jan.-Abr. 1988), pp. 115-8.

Bibliografia

Post-Scriptum (Fev. 92): A passagem recente de diversas efemérides (mormente o 7.º Centenário da Universidade de Coimbra) ocasionou a publicação de múltiplos trabalhos e fontes, que nos permitem hoje um melhor conhecimento dos primeiros professores de *História* da Faculdade de Letras respectiva. Cf., nomeadamente:

- CASTRO (Aníbal Pinto de), «Cardeal (O) Cerejeira Universitário e Homem de Letras», in *Lusitana Sacra*, 2.ª série, 2 (1990), pp. 21-45.
- GOMES (Joaquim Ferreira), *Universidade (A) de Coimbra durante a Primeira República (1910-1926). Alguns apontamentos*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 1990.
- MENDES (José M. Amado), «História (A) na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra: investigação e ensino (1911-1926)», in *Universidade(s): História, Memória, Perspectivas. Actas do Congresso «História da Universidade» (No 7.º Centenário da sua Fundação)*. vol. I. Coimbra, 1991, pp. 477-98.
- — «Descobrimientos (Os) na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1911-1926). História e Ideologia» (Inédito; agradeço penhoradamente ao Autor a possibilidade de acesso a este texto).
- MONCADA (Luís Cabral de), *Memórias. Ao Longo de Uma Vida (Pessoas, factos, ideias) 1888-1974*, s.l., Verbo, 1992, *maxime* pp. 119-26 e 206-12.
- Universidade (A) de Coimbra no século XX. Actas da Faculdade de Letras*, vol. I (1911-1925), vol. II (1925-1937), ed. Manuel Augusto RODRIGUES, Coimbra, Arquivo da Universidade, 1989-1991.